



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE
SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ATRAVÉS DA SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, E A ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E
AMBIENTAL – SEÇÃO PARÁ (ABES)**

**CONVÊNIO FEMA/SECTAM/ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA
SANITÁRIA E AMBIENTAL – SEÇÃO PARÁ (ABES) Nº. 003/2003**

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, através da SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, CGC/MF nº 34.921.783/0001-68, sediada à Travessa Lomas Valentinas, nº 2.717, neste ato representada por seu titular, Dr. MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 75034985 SSP/PA, CPF/MF nº 100.428.227-34, residente e domiciliado na cidade de Ananindeua-Pa, BR-316, Km-02/Alameda Moça Bonita, nº 54, doravante denominada **SECTAM**, e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Pará, CNPJ/MF Nº. 33.946.015/0001-81, sediada à Av. Duque de Caxias, nº 160 – Loja 12, Belém/Pará, neste ato representada por seu Presidente Dr. HAROLDO LUÍS PESSOA PICANÇO, brasileiro, residente e domiciliado, nesta cidade, à Rua Municipalidade, nº 864, Apto nº 201 – C, portador do Registrado no CREA – PA, nº 7372 – D e CPF nº 180.425.702-87, doravante denominada **ABES** resolvem mediante as cláusulas e condições a seguir, celebrar o presente Convênio.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Convênio tem por finalidade a cooperação financeira entre os partícipes para a execução do projeto “II SEMANA ABES DE MEIO PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS”.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Compete a SECTAM:

- a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros da ordem de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), a serem pagos, por ocasião da Publicação deste instrumento no D.O.E;

b) prestar orientação técnicas ao atendimento das ações de competência do **ABES** nas questões pertinentes a realização do objeto deste Convênio.

II - Compete ao ABES:

Utilizar os recursos exclusivamente dentro do estabelecido na Cláusula Primeira, objeto deste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários previstos na Cláusula Segunda, item I, deste instrumento, correrão à conta da seguinte Classificação Orçamentária 27.101.18.542.01.452.2103 – Fonte: 016 Elementos de Despesa – 339039; 339036.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do total dos recursos recebidos, deverá ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado, trinta dias após o término da vigência do presente, devendo ser remetida à SECTAM cópia da respectiva prestação de contas, acompanhada do protocolo de entrega no TCE.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância da legislação em vigor, devendo constituir-se dos seguintes documentos:

- a) cópia do Plano de Trabalho;
- b) cópia do Convênio;
- c) relatório de execução físico-financeira;
- d) demonstrativo de execução da receita e despesa, evidenciando o saldo e os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso;
- e) relação de pagamentos efetuados;
- f) relação de bens adquiridos;
- g) conciliação bancária;
- h) comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela SECTAM;
- i) cópia do despacho adjudicatório das licitações realizadas, ou justificativa para a sua dispensa, com respectivo embasamento legal;
- j) relatório de cumprimento do objeto (relatório técnico);
- k) cópia das Notas Fiscais, Recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas, devidamente autenticadas.



SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A não apresentação da Prestação de Contas, no prazo estipulado nesta Cláusula, acarretará na devolução dos recursos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei a partir da data de seu recebimento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **ABES**

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 6 (seis) meses a partir da data de sua publicação que deverá ser efetuada sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo de dez dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objetivo do presente Convênio será obrigatoriamente destacada a participação do Governo do Estado do Pará e da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ADITAMENTOS

Sempre que se fizer necessário ao bom andamento dos trabalhos, as partes, de comum acordo, poderão alterar este Convênio mediante Termo Aditivo, com exceção da alteração de seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Constitui motivo para rescisão deste Instrumento, o inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) falta de apresentação dos relatórios de execução físico-financeira e da prestação de contas, nos prazos estabelecidos.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - O presente Convênio também poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes ou denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS BENS



Os bens patrimoniais (equipamentos e material permanente), se adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos oriundos deste Convênio, serão incorporados ao patrimônio do Estado, através do tombamento e do registro, podendo, conforme interesse público e após desafetação, serem doados ao beneficiário, ABES, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DO OBJETO DO CONVÊNIO

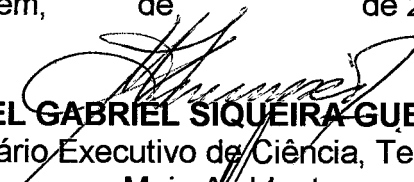
Fica responsável o servidor **PAULO MAYO KOURY DE FIGUEIREDO**, pela supervisão, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer controvérsia decorrente da execução do presente Convênio.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para que produzam entre si os efeitos legais.

Belém, de de 2003.


MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO
Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia
e Meio Ambiente


HAROLDO LUIS PESSOA PICANÇO
Presidente da Associação de Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____



PLANO DE TRABALHO

1/2

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE/PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - SEÇÃO PARÁ				C.G.C.: 33.946.015/0001 - 81	
ENDEREÇO Av. DUQUE DE CAXIAS, 160 - LOJA 12					
CIDADE BELÉM		UF PA	CEP 66.009 -250	DD/TELEFONE 091 226 1624	EA _____
CONTA CORRENTE C/C 13156 - 4		AGÊNCIA ITAÚ - 0936		PRAÇA DE PAGAMENTO BELÉM - PARÁ	
NOME DO RESPONSÁVEL HAROLDO LUÍS PESSOA PICAÑO				CPF 180.425.702 - 87	
CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR 7372 - D - CREA -PA		CARGO PRESIDENTE	FUNÇÃO _____		MATRÍCULA _____
ENDEREÇO Rua MUNICIPALIDADE, 864 - Apto - 201 -C					CEP _____

2. OUTROS PARTICÍPES

NOME _____	
ENDEREÇO _____	CEP _____

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO II SEMANA ABES DE MEIO AMBIENTE PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS		INÍCIO 03/06	TÉRMINO 06/06
--	--	------------------------	-------------------------

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ATRAVÉS DOS CURSOS:
1 - AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS
2 - PLANEJAMENTO AMBIENTAL DE CIDADES

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Ressaltar o dia internacional do meio ambiente, através da consolidação da II SEMANA ABES(03 a 06/06/2003), como foro de discussão e instrumento de capacitação na temática ambiental no Estado do Pará, trazendo junto à comunidade técnico-científica da região, instrutores reconhecidamente de alto nível, que proporcionem o acesso à informações e conhecimentos capazes de ajudar no atendimento às complexidades amazônicas, tanto nos Estudos e Avaliações dos Impactos Ambientais de obras e empreendimentos quanto no planejamento Ambiental dos aglomerados urbanos.

Vale ressaltar que este evento contou com o apoio do FUNTEC para sua realização no ano de 2002, alcançando extremo êxito, fator este gerador de grande expectativa na comunidade técnico-científica para a sua realização em 2003

II - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
 III - envolver esforços para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
 IV - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
 V - ratificar a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, no caso de gestão compartilhada da unidade;

VI - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade, no caso do inciso anterior;
 VII - manifestar-se, sempre que solicitado pela SECTAM, sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;
 VIII - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso; e
 IX - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação.

Art. 3º. Ao Conselho da APA-Tucuruí compete, ainda, atuar como instância de manejo integrado entre as unidades de conservação criadas pela Lei nº 6.451, de 8 de abril de 2002.

Art. 4º. Os Conselhos criados por esta Portaria serão organizados e funcionarão de acordo com as normas estabelecidas no seu regimento interno.

Art. 5º. O Conselho da APA TUCURUI é composto por 22 (vinte e dois) membros, assim discriminados:

I - representantes do Poder Público, sendo um (01):

- a) - da SECTAM
- b) - da SAGRI
- c) - do Ministério do Meio Ambiente - MMA (por 1 ano)
- d) - da Prefeitura de Tucuruí
- e) - da Prefeitura de Novo Repartimento
- f) - da Prefeitura de Jacundá
- g) - da Prefeitura de Goiânia do Pará
- h) - da Prefeitura de Breu Branco
- i) - da Prefeitura de Itupiranga
- j) - da Prefeitura de Nova Ipixuna
- k) - da ELETRONORTE

II - representantes da sociedade civil e da população residente, sendo:

- a) - um (01) da RDS Alcobaca
- b) - um (01) da RDS Pucuruí-Araraó
- c) - um (01) da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura - FUTAGRI/

d) - um (01) da Federação Estadual dos Pescadores - FEPA

e) - um (01) da Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA

f) - três (03) dos Extrativistas

g) - três (03) das Colônias de Pescadores

Art. 6º. O Conselho da RDS Pucuruí-Araraó é composto de 8 (oito) membros, assim discriminados:

I - Representantes do Poder Público:

- a) - um (01) da SECTAM
- b) - um (01) da Prefeitura de Tucuruí
- c) - um (01) da Prefeitura de Novo Repartimento
- d) - um (01) da ELETRONORTE

II - Representantes da sociedade civil e da população residente, sendo:

- a) - um (01) do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR de Novo Repartimento
- b) - um (01) da Colônia de Pescadores de Novo Repartimento
- c) - dois (02) dos Moradores

Art. 7º. O Conselho da RDS Alcobaca é composto de 8 (oito) membros, assim discriminados:

I - Representantes do Poder Público:

- a) - um (01) da SECTAM
- b) - um (01) da Prefeitura de Tucuruí
- c) - um (01) da Prefeitura de Novo Repartimento
- d) - um (01) da ELETRONORTE

II - Representantes da sociedade civil e da população residente, sendo:

- a) - um (01) do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR de Tucuruí
- b) - um (01) da Colônia de Pescadores de Tucuruí
- c) - dois (02) dos Moradores

Art. 8º. Os representantes do Poder Público se credenciarão como membros do Conselho e seus respectivos suplentes, através de ofícios de indicação da instituição que representam e os da sociedade civil e população residente mediante apresentação da ata da reunião que os indicou.

§ 1º. A nomeação dos membros de cada um dos conselhos ocorrerá por ato do titular da SECTAM, a partir das indicações de que trata o artigo anterior.

§ 2º. O mandato do Conselheiro é considerado atividade de relevante interesse público e não é remunerado.

Art. 9º. A renovação do Conselho seguirá o disposto no inciso II do art. 321, da Constituição Estadual.

Art. 10º. O Presidente dos Conselhos da APA Tucuruí, e das RDSs Pucuruí - Araraó - Alcobaca, será o representante da SECTAM em cada uma delas.

Art. 11º. O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos pelo suplente.

Art. 12º. As normas internas de organização e funcionamento dos Conselhos, constarão do Regimento Interno por eles elaborados e aprovados, no prazo máximo de 90 dias, contados a partir da data de sua instalação.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE
 Belém, 23 de maio de 2003

MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO

Secretário Executivo de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

ERRATA DE EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio SECTAM/FUNTEC/UFPA/FADESP Nº 049/01, publicado no D.O.E. 029716, de 12/06/2002.

Onde se lê:

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2002.

LEIA-SE:

VIGÊNCIA: 31 de maio de 2003.

ERRATA DE EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio SECTAM/FUNTEC/UFPA/FADESP Nº 050/01, publicado no D.O.E. 029716, de 12/06/2002.

Onde se lê:

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2002.

LEIA-SE:

VIGÊNCIA: 31 de maio de 2003.

ERRATA DE EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio SECTAM/FUNTEC/UFPA/FADESP Nº 051/01, publicado no D.O.E. 029716, de 12/06/2002.

Onde se lê:

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2002.

LEIA-SE:

VIGÊNCIA: 31 de maio de 2003.

ERRATA DE EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio SECTAM/FUNTEC/UFPA/FADESP Nº 052/01, publicado no D.O.E. 029716, de 12/06/2002.

Onde se lê:

VIGÊNCIA: 30 de abril de 2003.

LEIA-SE:

VIGÊNCIA: 31 de maio de 2003.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO FEM/SECTAM/UFPA/FADESP/2003.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da Cláusula Quinta do Convênio original, a qual passará a ter a seguinte redação: CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA; O presente Convênio estará em vigor a partir da data de publicação de seu extrato no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO e encerrará em 31 de julho de 2003. PARTES: SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (SECTAM), CNPJ/MF-34.92783/0001-68, e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA), CNPJ/MF-34.621.748/0001-23, com a intervenção da FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FADESP), CNPJ/MF-05.572.870/0001-59.

DATA DA ASSINATURA: 26 de maio de 2003

ASSINATURAS: MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO, Secretário Executivo de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente e ALEX BOLOINHA FIUZA DE MELO Reitor da UFPA e LUIZ ACÁCIO CENTENO CORDEIRO, Diretor Executivo da FADESP.

EXTRATO DE CONVÊNIO/FEM/SECTAM/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA

DE ENGENHARIA SANITÁRIA AMBIENTAL (ABES) Nº. 003/2003.

OBJETO DO CONVÊNIO: Cooperação Financeira entre os participantes para a execução do projeto "II SEMANA ABES DE MEIO PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS".

PARTES: SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (SECTAM), CNPJ/MF-34.92783/0001-68, e a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - Seção Pará (ABES), CNPJ/MF-Nº 33.946.015/0001-81

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Classificação Orçamentária 27.101.18.542.01.452.2103 - FONTE: 016 Elemento de Despesa-339039/339036.

VALOR: R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), a serem pagos, por ocasião da Publicação deste instrumento no D.O.E.

DATA DA ASSINATURA: 26 de maio de 2003

ASSINATURAS: MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO, Secretário Executivo de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente e HAROLDO LUIS PESSOA PISCANÇO, Presidente da (ABES).

PRODUÇÃO

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

DIRETOR-PRESIDENTE: LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

PORTARIA DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 156/2003, DE 23/05/2003

CONCEDER DIÁRIA 4 ½ (quatro e meia) ao servidor EDVALDO JOSÉ DOS SANTOS ALVES, Mat.: 5861543-1; C.I.C.: 215.372.833-91; Cargo: Motorista; Destino: Ourém, Tailândia, Goiânia do Pará, Breu Branco e Tucuruí/PA; Período: 26 a 30/05/2003; Objetivo: Acompanhar técnicos da Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal, para realizar visita técnica nos matadouros dos referidos municípios.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

Diretor Geral da ADEPARÁ

PORTARIA DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 157/2003, DE 23/05/2003

CONCEDER DIÁRIA 2 ½ (duas e meia) ao servidor JOSÉ TIBURCIO COSTA BARROS; Matrícula: 12297-1; C.I.C.: 008.722.022-91; Cargo: Motorista; Destino: Bragança e Goiânia do Pará/PA; Período: 27 a 29/05/2003; Objetivo: Transportar para o Sindicato de Produtores Rurais de Bragança material didático e de apoio as ações de inspeção sanitária em Goiânia do Pará. Recolher nas empresas registradas no SIE amostras de produtos de origem animal para análise no laboratório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

Diretor Geral da ADEPARÁ

PORTARIA DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 158/2003, DE 23/05/2003

CONCEDER DIÁRIA 1 ½ (uma e meia) ao servidor JOSINO FILHO GOMES DOS SANTOS; Matrícula: 5861667-1; C.I.C.: 549.834.015-04; Cargo: Méd. Veterinário; Destino: Cachoeira do Pirá, Capanema, Irituia, Ourém e Garrafão do Norte/PA; Período: 28 a 29/05/2003; Objetivo: Realizar treinamento de fiscais de barreiras e levantamento de estrutura e recursos disponíveis.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

Diretor Geral da ADEPARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARÁ, representada neste Ato por seu Diretor Geral no uso de suas atribuições legais, e Considerando os Termos do Processo nº 2003/12644-ADEPARÁ, resolve reconhecer a Dispensa de Licitação com fundamento no Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações para contratação das firmas: RP CIENTÍFICA DO BRASIL COM. E REP. LTDA., NOVA MED COMERCIAL LTDA., GRUPO FOCKINK

POLÍMEROS, INTERCÂMBIO - COM. IMP. EXP. E REPRESENTAÇÕES LTDA., SILET COM. E SERVIÇOS LTDA. E COMERCIAL DISPLAY LTDA., para aquisição de bens para utilização no Inquérito Soro-Epidemiológico da Febre Afosa no Estado do Pará, pelos valores R\$ 57.457,00 (Cinquenta e Sete Mil, Seiscentos e Cinquenta e Sete Reais e Seis Centavos), R\$ 44.080,00 (Quarenta e Quatro Mil Reais e Oitenta Centavos), R\$ 22.062,60 (Vinte e Dois Mil, Sessenta e Dois Reais e Sessenta Centavos), R\$ 3.618,60 (Três Mil, Seiscentos e Dezoito Reais e Sessenta Centavos), R\$ 2.942,72 (Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Dois Centavos) e R\$ 446,40 (Quatrocentos e Quarenta e Seis Reais e Quarenta Centavos) respectivamente a cada firma acima referida, conforme recursos orçamentários próprios, ratificando a Dispensa de Processo Licitatório e autorizando a contratação nos termos do Art. 26 da supracitada Lei.

Belém, 26 de maio de 2003

LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

Diretor Geral da ADEPARÁ

DEFESA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

TRAX. PADRE PRUDÊNCIO, 154 - ☎ (91) 242-0100

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO PROCESSO Nº 2003/40189

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, órgão da Administração Pública Direta do Estado, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 013/93, neste ato representada pelo Procurador-Geral, em exercício, no âmbito das atribuições legais, e

Considerando que o Contrato nº 009/99 firmado pela Defensoria Pública do Estado do Pará com a empresa XEROX LTDA. tem por objeto a locação de equipamentos fotocopadores para atender a necessidade do serviço público com previsão de assistência técnica e manutenção preventiva por parte da empresa locadora dos equipamentos,

Considerando a sistemática violação por parte da empresa contratada do não atendimento e execução de assistência técnica e reparos dos equipamentos locados, resultando na paralisação do serviço com quebra das obrigações contratuais previstas no item 4.1. do Contrato nº 009/99,

Considerando a previsão da Cláusula 10.1, alínea "a" do Contrato nº 009/99 estabelecendo a possibilidade da Defensoria Pública rescindir unilateralmente o contrato por inadimplência por parte da contratada a qualquer cláusula contratual, Considerando que o Contrato nº 009/99 tem seu fundamento e regulação na Lei Federal nº 8.666/93, diploma legal que previu no art. 78, incisos I e II a possibilidade de rescisão unilateral por parte da Administração Pública no caso de inobservância das cláusulas contratuais e dos prazos contratuais, tendo em vista a continuidade do serviço público,

Considerando que foi instruído o Processo Administrativo nº 2003/40189 concedendo-se prazo de defesa como imperativo constitucional para que a empresa contratada manifestasse a sua justificativa e/ou defesa pelo não cumprimento das obrigações contratuais, sendo que findo o prazo desta defesa não ocorreu qualquer pronunciamento da empresa contratada,

Considerando o princípio da eficiência administrativa previsto no "caput" do art. 37 da Constituição Federal, RESOLVE:

RESCINDIR, unilateralmente, o Contrato nº 009/99 e Aditivos nos termos do art. 78, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, combinando com a Cláusula 10.1, alínea "a", com empresa XEROX LTDA. a partir de 26 do mês corrente.

Belém, 26 de maio de 2003.

ALCIDES ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA

Procurador - Geral da Defensoria Pública do Estado, em exercício

PORTARIA Nº 405/03 DP-G, DE 20/05/03

Conceder 07 (sete) diárias ao servidor Luiz Renato Jardim Lopes, matrícula nº 5797390-053, lotado no Gabinete do Procurador, no elemento de despesa 339014 função programática 030910087-2298, no período de 20 a 27/05/03, para se deslocar à Ulianópolis (03) dias e Paragominas (04) dias, com o objetivo de assessorar o Defensor Público da área.

PORTARIA Nº 406/03 DP-G, DE 20/05/03

Conceder 03 (três) diárias ao servidor Raul de Santa Helena Couto, matrícula nº 3083225-013, lotado no Gabinete do Procurador, no elemento de despesa 339014 função programática 030910087-2298, no período de 21 a 24/05/03, para se deslocar à Santarém Novo, com o objetivo de desenvolver atendimento jurídico.

PORTARIA Nº 411/03 DP-G, DE 20/05/03

Conceder 03 (três) diárias ao servidor Guilherme Lelis de Assis, matrícula nº 3155340, lotado na Divisão de Serviços Gerais, no elemento de despesa 339014 função programática 031220125-2902, no período de 20 a 23/05/03, para se deslocar à Abaetetuba, com o objetivo de dar manutenção na rede elétrica.

PORTARIA Nº 412/03 DP-G, DE 20/05/03

Conceder 02 (duas) diárias à servidora Neucinei de Souza Fernandes, matrícula nº 5745381, lotada na Diretoria do Interior, no elemento de despesa 339014 função programática 031280092-2311, no período de 21 a 23/05/03, para se deslocar à Belém, com o objetivo de Participar da Semana do Defensor Público.

PORTARIA Nº 413/03 DP-G, DE 20/05/03

Conceder 03 (três) diárias ao servidor Marcos Freire Soares, matrícula nº 5787700, lotado na Diretoria Administrativa, no elemento de despesa 339014 função programática 031220125-2902, no período de 21 a 24/05/03, para se deslocar à Castanhal (02) dias e Mosquito, com o objetivo de transportar servidores ao município.

PORTARIA Nº 414/03 DP-G, DE 20/05/03

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor Jocelino de Souza Gomes, matrícula nº 8056064-028, lotado na Diretoria Administrativa, no elemento de despesa 339014 função programática 034220088-2983, no período de 20 a 22/05/03, para se deslocar à Abaetetuba, com o objetivo de conduzir Defensor Público.

PORTARIA Nº 415/03 DP-G, DE 20/05/03

Conceder 02 (duas) diárias à servidora Rosângela Ramos de Souza, matrícula nº 0331449-011, lotada na Diretoria do Interior, no elemento de despesa 339014 função programática 031220125-2902, no período de 21 a 23/05/03, para se deslocar à Igarapé-Miri, com o objetivo de desenvolver atividades de apoio administrativo.